

# Aula 12 – Desafios Éticos Contemporâneos e Futuro da Profissão



A profissão jurídica, historicamente ancorada em princípios sólidos e tradições bem estabelecidas, encontra-se hoje em um ponto de inflexão. O ritmo acelerado das transformações tecnológicas, sociais e ambientais não apenas redefine a prática do Direito, mas também impõe novos e complexos desafios éticos aos advogados e demais operadores do sistema de justiça. Não se trata apenas de aplicar as regras existentes, mas de interpretá-las e adaptá-las a realidades que sequer imaginávamos há poucos anos.

Neste cenário dinâmico, a ética profissional deixa de ser um mero conjunto de normas a serem seguidas e se torna uma bússola indispensável, um guia para navegar por águas desconhecidas. É a capacidade de discernir o certo do errado, o justo do injusto, em contextos onde as fronteiras são cada vez mais tênues e as consequências, muitas vezes, imprevisíveis. Para o estudante universitário e o candidato a concursos, compreender esses desafios não é apenas uma exigência curricular, mas uma preparação essencial para uma carreira relevante e íntegra.

Ao longo desta aula, exploraremos os principais dilemas éticos que emergem com a ascensão da Inteligência Artificial, a importância da advocacia pro bono, a crescente responsabilidade social e ambiental do advogado, e a fundamental necessidade de cuidar da saúde mental para uma prática profissional sustentável. Nosso objetivo é que você, ao final, seja capaz de identificar, analisar e propor soluções éticas para as complexidades que moldarão o futuro da profissão jurídica, conectando o conhecimento teórico à sua aplicação prática e diária.

# A Influência da Inteligência Artificial na Tomada de Decisão e na Relação com o Cliente

A Inteligência Artificial (IA) deixou de ser um conceito futurista para se tornar uma realidade palpável no cotidiano jurídico. Ferramentas de IA já auxiliam na pesquisa jurisprudencial, na análise de contratos, na previsão de resultados de litígios e até mesmo na automação de documentos. Essa revolução tecnológica, embora prometa otimizar processos e aumentar a eficiência, traz consigo uma série de questionamentos éticos que exigem nossa atenção e um novo olhar sobre as responsabilidades do advogado.

- ❑ **Analogia:** Imagine a IA como um assistente jurídico extremamente competente e veloz, capaz de processar volumes de informação que um ser humano levaria anos para analisar. No entanto, esse assistente, por mais sofisticado que seja, não possui consciência, empatia ou senso moral.



## Tomada de Decisão

O advogado mantém a responsabilidade final por todas as decisões. A IA é um subsídio, nunca substitui o discernimento ético.



## Relação com o Cliente

Manter transparência sobre o uso da IA, sem comprometer a confidencialidade e a comunicação pessoal.



## Responsabilidade Profissional

A tecnologia enriquece a análise, mas o julgamento crítico e a experiência humana são insubstituíveis.



Um dos primeiros desafios surge na **tomada de decisão**. Se um sistema de IA sugere uma estratégia processual ou um valor de acordo, o advogado deve aceitar cegamente? A resposta é um categórico não. O profissional do Direito mantém a responsabilidade final por todas as decisões e ações. A IA deve ser vista como um subsídio, uma ferramenta de apoio que enriquece a análise, mas nunca substitui a capacidade crítica, a experiência e, sobretudo, o discernimento ético do advogado. É como um navegador GPS: ele indica o caminho, mas o motorista é quem decide se segue a rota ou se desvia por uma razão de segurança ou preferência.

A **relação com o cliente** também é profundamente impactada. A automação de tarefas pode liberar o advogado para se dedicar a aspectos mais estratégicos e humanos do caso, aprofundando o vínculo de confiança. Contudo, há o risco de desumanização, onde o cliente pode sentir que está interagindo mais com uma máquina do que com um profissional empático. É crucial manter a transparência sobre o uso da IA, explicando ao cliente como a tecnologia está sendo empregada para beneficiá-lo, sem jamais comprometer a confidencialidade, o sigilo profissional e a comunicação pessoal.

# Ética e Transparência na Era Digital: O Provimento nº 205/2021 do CFOAB

A discussão sobre a Inteligência Artificial e a relação com o cliente nos leva diretamente a outro ponto crucial: a ética na publicidade e no marketing jurídico digital. Com a crescente digitalização da sociedade, a forma como advogados se comunicam e atraem clientes mudou drasticamente. As redes sociais, os websites e as plataformas online se tornaram vitrines, mas também campos minados de dilemas éticos.

## O Desafio Ético

Equilibrar a necessidade de visibilidade no ambiente digital com a manutenção da dignidade e do decoro profissional.

O Provimento permite a publicidade informativa, que esclarece sobre temas jurídicos e a atuação do advogado, mas proíbe a publicidade ativa que vise a captação de clientela de forma indiscriminada ou que utilize termos sensacionalistas e promessas de resultados.

## Princípios Fundamentais

- Dignidade da profissão
- Sobriedade na comunicação
- Transparência e veracidade
- Proibição de mercantilização
- Publicidade informativa, não captadora

Para regulamentar essa nova realidade, o Conselho Federal da OAB publicou o **Provimento nº 205/2021**, que flexibilizou algumas regras de publicidade, mas reforçou os limites éticos para evitar a mercantilização da profissão. Antes, a publicidade era extremamente restrita, quase invisível. Hoje, é possível realizar marketing jurídico digital, mas com a premissa de que a advocacia não é uma atividade comercial e, portanto, não pode ser tratada como tal. A dignidade da profissão e a sobriedade devem prevalecer.

## Publicidade Jurídica: Antes e Depois do Provimento 205/2021

Característica	Antes do Provimento 205/2021	Após o Provimento 205/2021
<b>Meios</b>	Principalmente físico (placas, cartões)	Digital (redes sociais, sites, blogs) e físico
<b>Conteúdo</b>	Estritamente informativo, discreto	Informativo, educativo, com maior liberdade de forma
<b>Captação</b>	Proibida qualquer forma de captação ativa	Proibida a captação ativa e mercantilização, mas permite marketing de conteúdo
<b>Limites</b>	Rigidez, proibição de fotos, vídeos, redes sociais	Flexibilização, permite fotos, vídeos, uso de redes sociais com moderação
<b>Foco</b>	Dignidade e discrição absoluta	Dignidade e discrição, mas com adaptação à realidade digital

No contexto da IA, isso significa que, embora ferramentas de inteligência artificial possam ser usadas para otimizar a presença digital do advogado, como na análise de tendências de busca ou na segmentação de público para conteúdo informativo, elas jamais devem ser empregadas para burlar as regras de publicidade. Por exemplo, utilizar IA para criar anúncios agressivos ou para simular interações humanas com o objetivo de "fisgar" clientes seria uma violação direta dos princípios éticos e do Provimento 205/2021. A transparência e a veracidade são inegociáveis.

# Ética na Advocacia Pro Bono: Compromisso Social e Acesso à Justiça



A advocacia pro bono, que significa "para o bem público", é a prestação de serviços jurídicos voluntários e gratuitos a pessoas que não têm condições financeiras de arcar com os custos de um advogado, ou a entidades sem fins lucrativos que atuam em causas de interesse público. Longe de ser um ato de caridade isolado, o pro bono é um pilar fundamental da responsabilidade social da profissão e um mecanismo essencial para a promoção do acesso à justiça.

1

## Regulamentação pela OAB

Garantir que o serviço pro bono seja exercido com a mesma dedicação e qualidade da advocacia remunerada, evitando desvirtuamentos ou concorrência desleal.

2

## Seleção Ética de Casos

Focar em pessoas físicas sem recursos e em instituições sociais, seguindo critérios claros estabelecidos pela OAB.

3

## Padrão de Excelência

Manter o mesmo padrão de qualidade e sigilo profissional, sem distinção entre casos remunerados e pro bono.

4

## Gestão de Tempo

Dedicar tempo e recursos suficientes sem comprometer a prática remunerada ou a qualidade do serviço prestado.

Historicamente, a OAB regulamentou a advocacia pro bono para garantir que ela fosse exercida com a mesma dedicação e qualidade da advocacia remunerada, evitando desvirtuamentos ou concorrência desleal. A ética aqui reside em assegurar que o serviço pro bono seja oferecido a quem realmente precisa, sem distinção de qualquer natureza, e que o advogado mantenha o mesmo padrão de excelência e sigilo profissional. É como um médico que atende gratuitamente em uma comunidade carente: a qualidade do atendimento deve ser a mesma que ele oferece em seu consultório particular.

- Benefícios do Pro Bono:** A prática pro bono não apenas beneficia o assistido, mas também enriquece o próprio advogado. Ela proporciona a oportunidade de trabalhar com causas diversas, desenvolver novas habilidades, expandir a rede de contatos e, acima de tudo, reforçar o propósito social da profissão.

O desafio ético na advocacia pro bono envolve a seleção dos casos e a gestão do tempo. Como decidir quem merece o auxílio gratuito? A OAB estabelece critérios claros, focando em pessoas físicas sem recursos e em instituições sociais. Além disso, o advogado deve ter a capacidade de dedicar tempo e recursos suficientes para o caso pro bono, sem que isso comprometa sua prática remunerada ou a qualidade do serviço prestado. Não se trata de fazer "qualquer coisa", mas de fazer o melhor, mesmo sem remuneração.

A prática pro bono não apenas beneficia o assistido, mas também enriquece o próprio advogado. Ela proporciona a oportunidade de trabalhar com causas diversas, desenvolver novas habilidades, expandir a rede de contatos e, acima de tudo, reforçar o propósito social da profissão. É um investimento na justiça e na dignidade humana que se reverte em crescimento pessoal e profissional, fortalecendo a imagem da advocacia perante a sociedade.

# A Responsabilidade Social e Ambiental do Advogado: Além do Litígio

A atuação do advogado moderno transcende a mera representação de interesses individuais em litígios. Em um mundo cada vez mais interconectado e consciente dos desafios globais, a responsabilidade social e ambiental do profissional do Direito emerge como um imperativo ético. Não basta ser um bom técnico jurídico; é preciso ser um agente de transformação social e ambiental, contribuindo para um futuro mais justo e sustentável.



*Pense no advogado como um "arquiteto social". Assim como um arquiteto projeta edifícios que impactam a paisagem e a vida das pessoas, o advogado, ao moldar contratos, defender direitos, aconselhar empresas e atuar em políticas públicas, está construindo as estruturas legais que afetam a sociedade e o meio ambiente.*

## Responsabilidade Social

- Advocacia pro bono
- Promoção da diversidade e inclusão
- Defesa dos direitos humanos
- Participação em debates públicos
- Aconselhamento ético a clientes
- Prevenção de problemas sociais

## Responsabilidade Ambiental

- Auxílio no cumprimento de normas ambientais
- Desenvolvimento de políticas de sustentabilidade
- Mitigação de riscos ambientais
- Defesa de causas ecológicas
- Representação de comunidades afetadas
- Advocacia por políticas públicas eficazes

## Dimensões da Responsabilidade do Advogado

Conceito	Âmbito/Aplicação	Base/Origem	Exemplo Prático
<b>Ética Profissional</b>	Conduta individual e coletiva na profissão	Código de Ética e Disciplina da OAB	Manter sigilo profissional, evitar conflito de interesses
<b>Responsabilidade e Social</b>	Impacto na sociedade e direitos humanos	Princípios de Direitos Humanos, ODS	Advocacia pro bono, promoção da diversidade, participação cívica
<b>Responsabilidade e Ambiental</b>	Impacto no meio ambiente e sustentabilidade	Legislação ambiental, princípios de ESG	Aconselhamento sobre compliance ambiental, defesa de causas ecológicas

A **responsabilidade social** do advogado se manifesta de diversas formas. Além do pro bono, ela inclui a promoção da diversidade e inclusão dentro dos escritórios e no sistema de justiça, a defesa dos direitos humanos, a participação em debates públicos sobre temas relevantes e o aconselhamento a clientes para que suas práticas empresariais estejam alinhadas com princípios éticos e de impacto social positivo. É o advogado que, ao invés de apenas resolver um problema, busca prevenir que ele aconteça, orientando seus clientes a agirem de forma mais ética e responsável.

Já a **responsabilidade ambiental** ganha destaque com a crise climática e a crescente legislação sobre o tema. O advogado tem um papel crucial em auxiliar empresas a cumprirem as normas ambientais, a desenvolverem políticas de sustentabilidade e a mitigarem riscos. Além disso, pode atuar na defesa de causas ambientais, representando comunidades afetadas por desastres ou advogando por políticas públicas mais eficazes. É o profissional que entende que o direito não é apenas sobre pessoas, mas também sobre o planeta que habitamos, e que a justiça ambiental é parte integrante da justiça social.

# A Importância da Saúde Mental para uma Prática Profissional Ética

A advocacia é uma das profissões mais estressantes, caracterizada por longas horas de trabalho, prazos apertados, alta pressão, conflitos constantes e a necessidade de lidar com as dores e expectativas dos outros. Esse ambiente, se não for gerenciado adequadamente, pode levar ao esgotamento profissional (burnout), ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental. A questão é: como a saúde mental se conecta com a ética profissional?



- ❑ **Analogia:** Pense na saúde mental como o "alicerce invisível" da ética. Um advogado que está mentalmente exaurido, sobrecarregado ou sofrendo de ansiedade pode ter seu julgamento comprometido, sua capacidade de empatia diminuída e sua atenção aos detalhes prejudicada.



## Ambiente Estressante

Longas horas, prazos apertados, alta pressão e conflitos constantes



## Riscos à Saúde Mental

Burnout, ansiedade, depressão e comprometimento do julgamento



## Impacto na Ética

Erros, negligências e condutas antiéticas podem resultar de problemas não tratados



## Cuidado Necessário

Equilíbrio vida-trabalho, bem-estar e ajuda profissional quando necessário

Pense na saúde mental como o "alicerce invisível" da ética. Um advogado que está mentalmente exaurido, sobrecarregado ou sofrendo de ansiedade pode ter seu julgamento comprometido, sua capacidade de empatia diminuída e sua atenção aos detalhes prejudicada. Isso pode levar a erros, negligências, atrasos e até mesmo a condutas antiéticas, como a falta de comunicação com o cliente, a omissão de informações ou a tomada de decisões impulsivas sob pressão. A integridade profissional, nesse contexto, torna-se frágil.

## Responsabilidade Individual

- Buscar equilíbrio vida-trabalho
- Praticar atividades de relaxamento
- Procurar ajuda profissional quando necessário
- Reconhecer sinais de esgotamento
- Priorizar o autocuidado

## Responsabilidade Institucional

- Criar ambiente que valorize o bem-estar
- Oferecer suporte psicológico
- Promover flexibilidade no trabalho
- Incentivar diálogo sobre saúde mental
- Prevenir cultura de sobrecarga

É fundamental que o advogado reconheça a importância de cuidar de sua própria saúde mental, não apenas por bem-estar pessoal, mas como um dever ético para com seus clientes e a profissão. Isso envolve a busca por um equilíbrio entre vida pessoal e profissional, a prática de atividades que promovam o relaxamento e o bem-estar, e, quando necessário, a procura por ajuda profissional (terapia, aconselhamento). É como um atleta que precisa cuidar do corpo para ter um bom desempenho; o advogado precisa cuidar da mente para exercer sua profissão com excelência e ética.

Além do cuidado individual, a responsabilidade pela saúde mental se estende aos escritórios de advocacia e às instituições. Criar um ambiente de trabalho que valorize o bem-estar, ofereça suporte psicológico, promova a flexibilidade e incentive o diálogo sobre saúde mental é um imperativo ético. Um escritório que ignora a saúde mental de seus colaboradores não apenas arrisca a produtividade, mas também a qualidade ética de seus serviços e a reputação da equipe.

# Reflexões Finais e Consolidação do Aprendizado

Chegamos ao final de nossa jornada pelos desafios éticos contemporâneos e o futuro da profissão jurídica. Vimos que a advocacia de hoje e de amanhã exige mais do que o domínio técnico das leis; ela demanda uma consciência ética aguçada, a capacidade de adaptação e uma profunda compreensão do papel do advogado como agente de justiça em um mundo em constante mutação. A Inteligência Artificial, a publicidade digital, a advocacia pro bono, a responsabilidade socioambiental e a saúde mental não são temas isolados, mas facetas interconectadas de uma prática profissional que se reinventa.



## Inteligência Artificial

A tecnologia é uma ferramenta poderosa, mas a responsabilidade final e o discernimento ético permanecem intrinsecamente humanos.



## Publicidade Digital

O Provimento nº 205/2021 nos guiou pelos limites, reforçando que a dignidade da profissão deve sempre prevalecer sobre a mercantilização.



## Pro Bono e Responsabilidade

A atuação jurídica vai além do interesse individual, abraçando o bem público e a sustentabilidade.



## Saúde Mental

O alicerce invisível que sustenta uma prática profissional ética e competente.

A influência da IA na tomada de decisão e na relação com o cliente nos lembra que a tecnologia é uma ferramenta poderosa, mas que a responsabilidade final e o discernimento ético permanecem intrinsecamente humanos. O Provimento nº 205/2021 do CFOAB nos guiou pelos limites da publicidade digital, reforçando que a dignidade da profissão deve sempre prevalecer sobre a mercantilização. A ética na advocacia pro bono e a responsabilidade social e ambiental do advogado nos mostraram que a atuação jurídica vai além do interesse individual, abraçando o bem público e a sustentabilidade. E, finalmente, a importância da saúde mental revelou-se como o alicerce invisível que sustenta uma prática profissional ética e competente.

## A advocacia do futuro

Em essência, a advocacia do futuro será exercida por profissionais que, além de tecnicamente proficientes, são eticamente resilientes, socialmente engajados e humanamente conscientes. Eles serão os "navegadores" capazes de guiar seus clientes e a sociedade por águas turbulentas, mantendo sempre o curso da justiça e da integridade.

O aprendizado de hoje é o preparo para os desafios de amanhã, capacitando você a ser não apenas um advogado, mas um líder ético.

# Desafios e Oportunidades no Futuro da Profissão



Olhar para o futuro da profissão jurídica é como observar um horizonte em constante movimento. As tendências que discutimos – a ascensão da IA, a digitalização da comunicação, a crescente demanda por responsabilidade social e ambiental, e a valorização da saúde mental – não são meros modismos, mas forças transformadoras que redefinirão o perfil do advogado e a natureza dos serviços jurídicos. O desafio não é resistir a essas mudanças, mas compreendê-las e abraçá-las com uma perspectiva ética.

## Transformação pela IA

Automação de tarefas repetitivas, liberando o advogado para atividades estratégicas, criativas e que exigem empatia.

## Responsabilidade Ampliada

Crescente conscientização sobre impacto social e ambiental, reafirmando o papel essencial da advocacia.

1

2

3

## Democratização Digital

Expansão do alcance dos serviços jurídicos e maior acesso à justiça através de plataformas digitais.

A Inteligência Artificial, por exemplo, não eliminará o advogado, mas transformará suas funções. Tarefas repetitivas e de baixo valor agregado serão automatizadas, liberando o profissional para se concentrar em atividades que exigem criatividade, pensamento estratégico, negociação complexa e, acima de tudo, julgamento ético e empatia. Isso cria uma oportunidade para o advogado se tornar um consultor mais estratégico, um mediador mais eficaz e um defensor mais humano, focando no que a máquina não pode replicar.

## Desafios

- Adaptação tecnológica constante
- Manutenção da dignidade profissional
- Gestão de expectativas digitais
- Vigilância ética permanente

## Oportunidades

- Consultoria estratégica avançada
- Mediação mais eficaz
- Alcance global de serviços
- Educação jurídica em massa

## Diferencial

- Empatia e conexão humana
- Julgamento ético refinado
- Pensamento criativo
- Liderança transformadora

A digitalização, por sua vez, abre portas para a democratização do acesso à justiça e a expansão do alcance dos serviços jurídicos. O advogado poderá atender clientes em diferentes localidades, oferecer serviços mais personalizados e eficientes, e utilizar plataformas digitais para educar o público sobre seus direitos. Contudo, essa expansão exige uma vigilância ética constante para garantir que a tecnologia seja usada para incluir, e não para marginalizar, e que a publicidade digital respeite os limites da dignidade profissional.

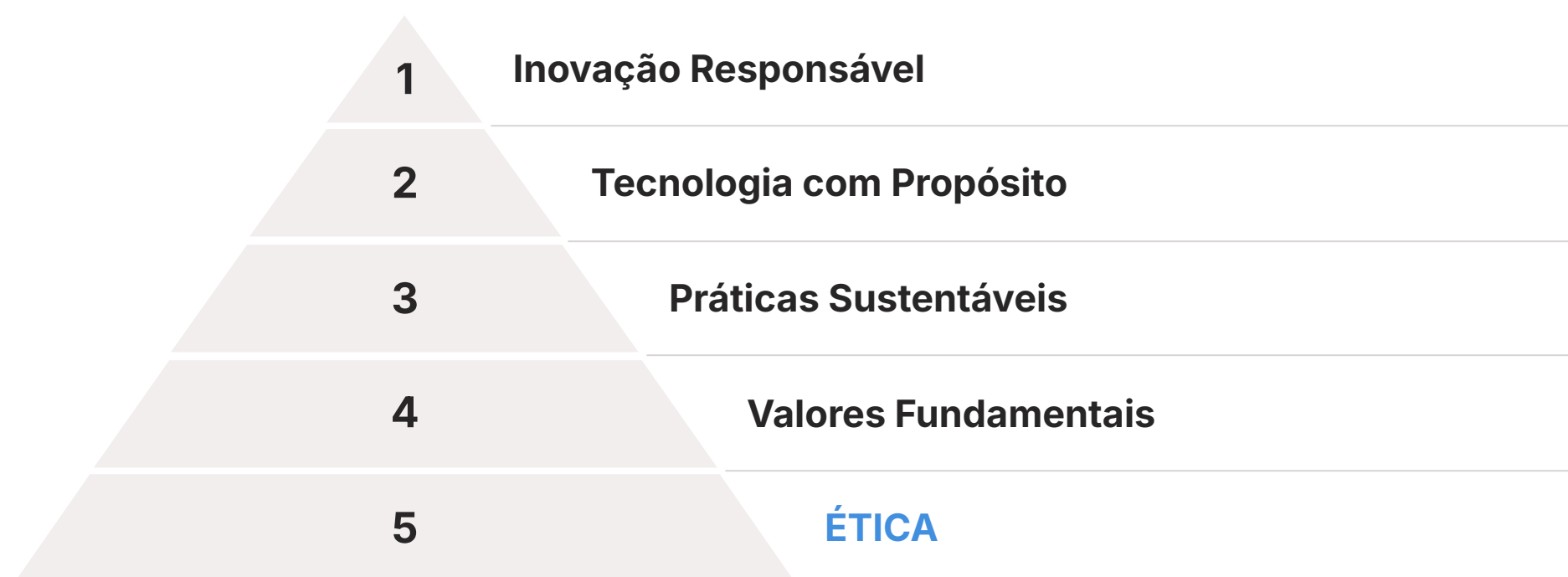
Por fim, a crescente conscientização sobre a responsabilidade social, ambiental e a saúde mental não são apenas desafios, mas também oportunidades para a advocacia reafirmar seu papel como uma profissão essencial para o bem-estar da sociedade. Advogados que incorporam esses valores em sua prática não apenas se destacam, mas também contribuem para construir um futuro mais justo, equitativo e sustentável. É a chance de ser não apenas um profissional do Direito, mas um agente de mudança positiva.

# A Ética como Pilar da Inovação e da Resiliência

Em um cenário de rápidas transformações, onde a inovação tecnológica e as novas demandas sociais parecem reescrever as regras a cada dia, a ética se estabelece não como um freio, mas como o pilar fundamental que sustenta a evolução da profissão jurídica. Sem um forte arcabouço ético, a inovação pode se tornar irresponsável, a eficiência pode se converter em desumanização e o progresso pode levar a injustiças. A ética é o "DNA" da advocacia, garantindo sua identidade e integridade através das gerações.



*Pense na ética como a fundação de um arranha-céu. Quanto mais alto e complexo o edifício (a inovação, as novas tecnologias), mais robusta e bem construída precisa ser a fundação (a ética). É ela que garante que a estrutura não ceda sob o peso das novidades e dos desafios.*



Assim, ao desenvolver novas ferramentas de IA, ao explorar novas formas de publicidade digital ou ao expandir a atuação para áreas como a responsabilidade ambiental, o advogado ético sempre questiona: "Isso é justo? Isso protege os direitos? Isso serve ao bem comum?"

## Ética e Inovação

A ética não é um freio à inovação, mas sim o guia que garante que o progresso tecnológico sirva à justiça e não a comprometa.

- Questionar o impacto de novas tecnologias
- Garantir proteção de direitos
- Servir ao bem comum

## Ética e Resiliência

A resiliência profissional está intrinsecamente ligada à integridade ética, construindo reputação sólida e confiança duradoura.

- Construir reputação sólida
- Ganhar confiança da sociedade
- Ter força moral para enfrentar crises

A resiliência, a capacidade de se adaptar e prosperar diante das adversidades, também está intrinsecamente ligada à ética. Um profissional que age com integridade constrói uma reputação sólida, ganha a confiança de seus clientes e da sociedade, e tem a força moral para enfrentar crises e dilemas. A ética, portanto, não é apenas um conjunto de regras a serem seguidas, mas uma bússola interna que orienta o advogado a tomar decisões corretas, mesmo quando o caminho é incerto ou impopular.

Em suma, a ética é o que confere significado e propósito à profissão jurídica. Ela é a garantia de que, independentemente das mudanças tecnológicas ou sociais, o advogado continuará sendo um guardião da justiça, um defensor dos direitos e um promotor da dignidade humana. É um compromisso contínuo com a excelência, a honestidade e a responsabilidade que moldará não apenas o futuro da advocacia, mas também o futuro da sociedade que ela serve.

# Consolidação e Autoavaliação

Chegamos ao fim de nossa exploração sobre os desafios éticos contemporâneos e o futuro da profissão jurídica. Percorreremos temas cruciais como a influência da Inteligência Artificial, a ética na publicidade digital (Provimento 205/2021), a importância da advocacia pro bono, a responsabilidade social e ambiental do advogado e a necessidade de cuidar da saúde mental. Compreendemos que a ética não é um mero apêndice, mas o cerne de uma prática jurídica relevante e íntegra.

## Em prática

Lembre-se de que a tecnologia é uma ferramenta, não um substituto para o julgamento humano e ético. Utilize as redes sociais com responsabilidade, focando na informação e não na mercantilização. Dedique-se a causas pro bono, reconhecendo seu papel social. Integre a responsabilidade social e ambiental em sua prática, aconselhando clientes sobre sustentabilidade. E, acima de tudo, priorize sua saúde mental, pois ela é fundamental para sua capacidade de atuar com ética e competência.

## Autoavaliação

01

**Qual das seguintes afirmações melhor descreve o papel da Inteligência Artificial na tomada de decisão ética do advogado?**

- a) A IA substitui completamente o julgamento ético do advogado, tornando-o obsoleto.
- b) A IA é uma ferramenta de apoio que enriquece a análise, mas a responsabilidade final e o discernimento ético permanecem com o advogado.
- c) A IA é capaz de tomar decisões éticas mais justas do que os seres humanos, devido à sua imparcialidade.
- d) O uso da IA dispensa a necessidade de transparência com o cliente, pois otimiza os processos.

04

**A saúde mental do advogado é considerada um dever ético porque:**

- a) Apenas advogados mentalmente saudáveis são mais produtivos e lucrativos.
- b) Problemas de saúde mental podem comprometer o julgamento, a empatia e a conduta ética do profissional.
- c) A OAB exige que todos os advogados passem por terapia regularmente.
- d) É uma forma de evitar que o advogado se aposente precocemente.

02

**O Provimento nº 205/2021 do CFOAB, que regulamenta o marketing jurídico digital, tem como principal objetivo:**

- a) Liberar a publicidade jurídica irrestrita, permitindo a mercantilização da profissão.
- b) Proibir qualquer forma de publicidade digital por parte dos advogados.
- c) Flexibilizar a publicidade, permitindo o marketing jurídico digital informativo, mas mantendo a dignidade e o decoro profissional.
- d) Exigir que todos os advogados utilizem IA para suas campanhas de marketing.

05

**Questão Dissertativa:** Discorra sobre como a responsabilidade social e ambiental do advogado se manifesta na prática jurídica contemporânea e qual a sua importância para o futuro da profissão.

03

**A advocacia pro bono é eticamente importante porque:**

- a) Permite que advogados captem clientes de forma gratuita, aumentando sua base.
- b) É um ato de caridade que não exige o mesmo padrão de qualidade da advocacia remunerada.
- c) Promove o acesso à justiça para pessoas e entidades sem recursos, sendo um pilar da responsabilidade social da profissão.
- d) É uma forma de evitar o pagamento de impostos sobre os serviços prestados.

# Gabarito e Recursos Adicionais

## Gabarito

### Questão 1

**Resposta: b)**

A IA é uma ferramenta de apoio que enriquece a análise, mas a responsabilidade final e o discernimento ético permanecem com o advogado.

### Questão 2

**Resposta: c)**

Flexibilizar a publicidade, permitindo o marketing jurídico digital informativo, mas mantendo a dignidade e o decoro profissional.

### Questão 3

**Resposta: c)**

Promove o acesso à justiça para pessoas e entidades sem recursos, sendo um pilar da responsabilidade social da profissão.

### Questão 4

**Resposta: b)**

Problemas de saúde mental podem comprometer o julgamento, a empatia e a conduta ética do profissional.

---

## Recursos Adicionais

### Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/94)

Para consulta da base legal da profissão.

### Código de Ética e Disciplina da OAB


Para aprofundar nos princípios éticos que regem a advocacia.

### Provimento nº 205/2021 do CFOAB

Para detalhes sobre as regras de publicidade digital.

### Artigos sobre Legal Tech e IA no Direito

Para entender as últimas tendências tecnológicas.

 **NOTA IMPORTANTE:** As informações regulatórias/legais/técnicas desta aula estão atualizadas até 2025. Consulte sempre fontes oficiais para verificar alterações.